

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias**

31 de dezembro de 2017

Com Relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL.

Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

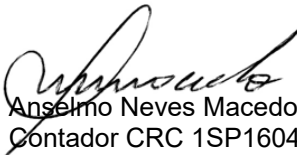



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6


Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.1	17.840	12.851
Concessionárias e Permissionárias	4	5.163	4.933
Serviços em Curso		884	214
Tributos Compensáveis		57	95
Despesas Pagas Antecipadamente		5	-
Outros Ativos Circulantes		688	1.938
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	4	299	407
Tributos Compensáveis		199	4.643
Depósitos Judiciais e Cauções		4	1
Outros Ativos Não Circulantes		620	629
Imobilizado	5.1	186.825	190.213
Intangível	5.2	2.921	2.985
Total do Ativo		215.505	218.909
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		1.413	3.745
Obrigações Sociais e Trabalhistas		419	475
Tributos		1.399	1.361
Encargos Setoriais		1.955	1.638
Outros Passivos Circulantes		1.162	942
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Tributos Diferidos		401	401
Outros Passivos Não Circulantes		37.281	38.211
Total do Passivo		44.030	46.773
Patrimônio Líquido			
Capital Social	7.1	214.416	214.416
Reservas de Lucros	7.2	(42.941)	(42.280)
Total do Patrimônio Líquido		171.475	172.136
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		215.505	218.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	47.216	44.393
(-) Parcela Variável	8	(78)	(97)
Tributos			
PIS-PASEP		(306)	(288)
Cofins		(1.414)	(1.329)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(438)	(411)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.226)	(1.152)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(189)	(177)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		43.565	40.939
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		43.565	40.939
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	9	(2.377)	(2.737)
Material		(259)	(166)
Serviços de Terceiros		(1.612)	(918)
Arrendamento e Aluguéis		(126)	(134)
Seguros		(31)	(31)
Doações, Contribuições e Subvenções		(22)	(22)
Provisões		(185)	-
Tributos		(19)	(20)
Depreciação e Amortização		(7.055)	(5.607)
Outras Despesas Operacionais		-	(7)
Resultado da Atividade		31.879	31.297
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(87)	(411)
Receitas Financeiras		1.178	1.154
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		32.970	32.040
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.866)	(1.956)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		31.104	30.084
Operações Descontinuadas			
Resultado Líquido do Exercício		31.104	30.084
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		31.104	30.084
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,147410	0,142576
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,147410	0,142576
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,147410	0,142576
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,147410	0,142576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado do Exercício	31.104	30.084
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>31.104</u>	<u>30.084</u>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	31.104	30.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	214.416	(49.796)	-	164.620
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(7.481)	-	(7.481)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	30.084	30.084
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.620	(1.620)	-
Dividendos	-	(2.105)	(12.982)	(15.087)
Dividendos Adicionais Propostos	-	15.482	(15.482)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	214.416	(42.280)	-	172.136
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(15.686)	-	(15.686)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	31.104	31.104
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.650	(1.650)	-
Dividendos	-	(526)	(15.553)	(16.079)
Dividendos Adicionais Propostos	-	13.901	(13.901)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	214.416	(42.941)	-	171.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		31.104	30.084
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		69	37
Depreciação		6.986	5.570
Imposto de Renda e Contribuição Social		1.866	1.956
Juros e Variações Monetárias		79	399
Outros		1.062	1.785
		41.166	39.831
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		(122)	(804)
Depósitos Vinculados a Litígios		(3)	58
Imposto de Renda e Contribuição Social		36	243
Tributos Compensáveis		4.446	(152)
Outros		584	(811)
		4.941	(1.466)
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		268	296
Fornecedores Setoriais		(2.332)	3.301
Salários e Encargos Sociais		(56)	(8)
Tributos e Contribuição Social		(427)	(496)
Outros		(738)	(829)
		(3.285)	2.264
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(1.401)	(1.237)
		41.421	39.392
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	5.1	(4.663)	(9.809)
Intangível	5.2	(4)	(11)
		(4.667)	(9.820)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(31.765)	(22.567)
		(31.765)	(22.567)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DECAIXA			
		4.989	7.005
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		12.851	5.846
No fim do exercício		17.840	12.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (a “Companhia” ou “STC”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis

Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 12, para melhor entendimento do leitor.

3 Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as concessionárias e permissionárias do ativo financeiro são classificadas como “Ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do

intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**
O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro presumido.

- **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRICAÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.162	9	52	33	206	5.462	5.340
TOTAL	5.162	9	52	33	206	5.462	5.340

5 Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	231.501	-	4.481	(1.239)	234.743	4.481	(54.752)	179.991	183.558
Terrenos	214	-	-	-	214	-	-	214	214
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.002	-	-	-	1.002	-	(290)	712	746
Máquinas e Equipamentos	229.828	-	4.481	(1.223)	233.086	4.481	(54.090)	178.996	182.509
Veículos	403	-	-	-	403	-	(349)	54	71
Móveis e Utensílios	54	-	-	(16)	38	-	(23)	15	18
Administração	15	-	-	-	15	-	(13)	2	5
Máquinas e Equipamentos	15	-	-	-	15	-	(13)	2	5
Subtotal	231.516	-	4.481	(1.239)	234.758	4.481	(54.765)	179.993	183.563

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	6.648	4.663	(4.481)	-	6.830	182	-	6.830	6.648
Máquinas e Equipamentos	1.367	4.171	(3.064)	-	2.474	1.107	-	2.474	1.367
Outros	5.281	492	(1.417)	-	4.356	(925)	-	4.356	5.281
Administração	2	-	-	-	2	-	-	2	2
Máquinas e Equipamentos	2	-	-	-	2	-	-	2	2
Subtotal	6.650	4.663	(4.481)	-	6.832	182	-	6.832	6.650
Total do Ativo Imobilizado	238.166	4.663	-	(1.239)	241.590	4.663	(54.765)	186.825	190.213

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	2.652	-	150	(121)	2.681	150	(30)	2.651	2.652
Servidões	2.532	-	-	(1)	2.531	-	-	2.531	2.532
Softwares	120	-	150	(120)	150	150	(30)	120	120
Administração	64	-	4	121	189	4	(124)	65	(22)
Softwares	-	-	4	121	125	4	(73)	52	-
Outros	64	-	-	-	64	-	(51)	13	(22)
Subtotal	2.716	-	154	-	2.870	154	(154)	2.716	2.630
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	211	-	(11)	-	200	(11)	-	200	211
Servidões	211	-	(11)	-	200	(11)	-	200	211
Administração	144	4	(143)	-	5	(139)	-	5	144
Softwares	144	4	(143)	-	5	(139)	-	5	144
Subtotal	355	4	(154)	-	205	(150)	-	205	355
Total do Ativo Intangível	3.071	4	-	-	3.075	4	(154)	2.921	2.985

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Transmissão	2,88%	234.743	(54.752)	179.991
Custo Histórico	2,88%	234.743	(54.752)	179.991
Administração	19,64%	15	(13)	2
Custo Histórico	19,64%	15	(13)	2
		234.758	(54.765)	179.993
Em curso				
Transmissão	-	6.830	-	6.830
Administração	-	2	-	2
		6.832	-	6.832
		241.590	(54.765)	186.825
				183.563

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	4.171	4.171
Móveis e Utensílios	9	9
A Ratear	159	159
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	69	69
Material em Depósito	254	254
Depósitos Judiciais	1	1
Total das Adições	4.663	4.663

5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando

destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.6 As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	ACRESCIMO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (GRUPO DE BENS : CHAVE IGUAL OU SUPERIOR A 69KV / CONDUTOR CONJUNTO DE CADEIA DE ISOLADORE/ CONDUTOR IGUAL OU SUPERIOR A 69KV/ ESTRUTURA (POSTE, TORRE) => 69KV/ PAINEL, MESA COMANDO, CUBÍCULO/ SISTEMA DE ATERRAMENTO/ TRANSFORMADOR DE FORÇA E OUTROS) REFERENTE CRÉDITO COFINS/ PIS	4.481
2.	SOFTWARE IN FORMA	150
3.	GASTOS COM MELHORIA DO RM - TOTVS	4

6 Ativos financeiros

6.1 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	17.840	17.840
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	17.840	17.840
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	61	61
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	36	36
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	17.743	17.743

7 Patrimônio Líquido

7.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 214.416, representado por 211.003.246 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	129.872	61,55	129.872	61,55
Alupar Investimento S.A.	42.201	20,00	42.201	20,00
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	38.931	18,45	38.931	18,45
	211.003	100,00	211.003	100,00

7.2 Reservas de lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de lucros		
Reserva legal	10.318	8.668
Outras	(53.259)	(50.948)
	(42.941)	(42.280)

- **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.
- **Outras:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

8 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	47.138	44.296
Total	47.138	44.296

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	2.338	2.700
Remuneração	1.351	1.489
Encargos	479	532
Previdência privada	9	36
Assistência médica	180	159
Despesas rescisórias	8	24
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	125	267
Outros	186	193
Administradores	39	37
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	26	24
Benefícios dos administradores	13	13
Total	2.377	2.737

10 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	47.138	47.138	44.296	44.296
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.771	5.657	3.544	5.316
Receitas financeiras	1.178	1.178	1.154	1.154
Base de cálculo	4.949	6.835	4.698	6.470
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	1.213	615	1.150	582
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	38	-	85	139
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.251	615	1.235	721

Em 09 de janeiro de 2018, a STC obteve decisão judicial favorável garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

11 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.1	17.840	-	17.840	12.851	-	12.851
Concessionárias e Permissionárias	4	5.163	(5.163)	-	4.933	(4.933)	-
Serviços em Curso		884	-	884	214	-	214
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	50.229	50.229	-	48.521	48.521
Tributos Compensáveis		57	-	57	95	-	95
Despesas Pagas Antecipadamente		5	-	5	-	-	-
Outros Ativos Circulantes		688	-	688	1.938	-	1.938
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	4	299	(299)	-	407	(407)	-
Tributos Compensáveis		199	-	199	4.643	-	4.643
Depósitos Judiciais e Cauções		4	-	4	1	-	1
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	188.720	188.720	-	191.077	191.077
Outros Ativos Não Circulantes		620	1.216	1.836	629	1.216	1.845
Imobilizado	5.1	186.825	(186.821)	4	190.213	(190.206)	7
Intangível	5.2	2.921	(2.856)	65	2.985	(2.881)	104
Total do Ativo		215.505	45.026	260.531	218.909	42.387	261.296

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		1.413	-	1.413	3.745	-	3.745
Obrigações Sociais e Trabalhistas		419	-	419	475	-	475
Tributos		1.399	-	1.399	1.361	-	1.361
Encargos Setoriais		1.955	-	1.955	1.638	-	1.638
Outros Passivos Circulantes		1.162	(942)	220	942	(724)	218
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Tributos Diferidos		401	7.253	7.654	401	7.267	7.668
Outros Passivos Não Circulantes		37.281	(37.082)	199	38.211	(38.051)	160
Total do Passivo		44.030	(30.771)	13.259	46.773	(31.508)	15.265
Patrimônio Líquido							
Capital Social	7.1	214.416	-	214.416	214.416	-	214.416
Reservas de Lucros	7.2	(42.941)	75.797	32.856	(42.280)	73.895	31.615
Total do Patrimônio Líquido		171.475	75.797	247.272	172.136	73.895	246.031
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		215.505	45.026	260.531	218.909	42.387	261.296

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

Notas	31/12/2017			31/12/2016				
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário		
Operações em Continuidade								
Receita / Ingresso								
	Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	47.216	(47.216)	-	44.394	(44.394)	-
	Receita de Operação e Manutenção		-	5.047	5.047	-	4.488	4.488
	Receita de Implantação de Infraestrutura		-	4.483	4.483	-	7.774	7.774
	Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	37.226	37.226	-	37.086	37.086
	(-) Parcela Variável	8	(78)	-	(78)	(97)	-	(97)
Tributos								
	PIS-PASEP		(306)	-	(306)	(288)	-	(288)
	Cofins		(1.414)	-	(1.414)	(1.329)	-	(1.329)
Encargos - Parcela "A"								
	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(438)	-	(438)	(411)	-	(411)
	Reserva Global de Reversão - RGR		(1.226)	-	(1.226)	(1.152)	-	(1.152)
	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(189)	-	(189)	(177)	-	(177)
Receita Líquida / Ingresso Líquido								
			43.565	(460)	43.105	40.940	4.954	45.894
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis								
			43.565	(460)	43.105	40.940	4.954	45.894
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"								
	Pessoal e Administradores	9	(2.377)	-	(2.377)	(2.737)	-	(2.737)
	Material		(259)	(182)	(441)	(166)	(287)	(453)
	Serviços de Terceiros		(1.612)	-	(1.612)	(918)	-	(918)
	Arrendamento e Aluguéis		(126)	-	(126)	(134)	-	(134)
	Seguros		(31)	-	(31)	(31)	-	(31)
	Doações, Contribuições e Subvenções		(22)	-	(22)	(22)	-	(22)
	Provisões		(185)	-	(185)	-	-	-
	Tributos		(19)	-	(19)	(20)	-	(20)
	Depreciação e Amortização		(7.055)	7.013	(42)	(5.607)	5.567	(40)
	Outras Despesas Operacionais		-	-	-	(7)	-	(7)
	Custo de Implantação de Infraestrutura		-	(4.483)	(4.483)	-	(7.774)	(7.774)
Resultado da Atividade								
			31.879	1.888	33.767	31.298	2.460	33.758
Resultado Financeiro								
	Despesas Financeiras		(87)	-	(87)	(411)	-	(411)
	Receitas Financeiras		1.178	-	1.178	1.154	-	1.154
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro								
			32.970	1.888	34.858	32.041	2.460	34.501
	Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.866)	14	(1.852)	(1.956)	(153)	(2.109)
	Resultado Líquido das Operações em Continuidade		31.104	1.902	33.006	30.084	2.308	32.392
Resultado Líquido do Exercício								
Atribuível Aos:								
	Acionistas Controladores		31.104	1.902	33.006	30.084	2.308	32.392
Lucro Por Ação								
	Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,147410		0,156424	0,142576		0,153514
	Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,147410		0,156424	0,142576		0,153514
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade								
	Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,147410		0,156424	0,142576		0,153514
	Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,147410		0,156424	0,142576		0,153514

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

12.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

12.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura: A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

12.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

12.1.1.3 Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

12.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

12.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	247.272	246.031
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(83.050)	(81.162)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	7.253	7.267
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	171.475	172.136

12.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	33.006	32.392
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(1.888)	(2.461)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(14)	153
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	31.104	30.084